

DIRETRIZES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

1ª EDIÇÃO



Macaé
PREFEITURA

Macaé / RJ

Maio de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

Welbert Rezende

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

Leandra Lopes Vieira

Secretária Municipal de Educação

Robério Fernandes Dias

Secretário Adjunto de Educação Básica

Aline Maria Bittencourt Silva

Superintendente Administrativa

Eliane Salgado da Costa dos Santos

Superintendente do Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Janaína Pinheiro Ferreira Gomes

Superintendente de Educação Inclusiva e Social

Luziane Lusitano Ramos

Superintendente de Gestão Democrática

Mariana da Silva Duarte Pinto

Superintendente de Educação Infantil

Odilaine da Silva Pinto

Superintendente do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio

Waleska da Silva Freire

Superintendente de Educação Integrada

Kátia Valéria Magalhães Machado

Coordenadora do Programa de Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Integrantes do NEAFRO

Kátia Valéria Magalhães Machado

Alessandra Bogado de Lima

Aline Morete Azevedo

Angela Cristina Rodrigues Gonçalves Baldan Fernandes

Danielle de Oliveira Vieira

Joyce Elaine Cruz Machado

Letícia da Silva Moraes

Marileda de Carvalho Bichara Medeiros

APOIO

Zoraia Dias

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

1ª Edição – maio de 2023



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	HISTÓRICO	5
3.	OS DESAFIOS DA POLÍTICA ANTIRRACISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MACAÉ	7
4.	TRABALHANDO CONCEITOS E MAPEANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	11
5.	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	13
	5.1. Educação Infantil	13
	5.2. Ensino Fundamental	16
	5.3. Ensino Médio	16
	5.4. Educação de Jovens e Adultos	18
6.	TODOS NA ESCOLA SOMOS RESPONSÁVEIS: O CLIMA ESCOLAR	19
7.	ESTADO LAICO E RACISMO RELIGIOSO	20
8.	PARA ALÉM DOS MESES DE MAIO E NOVEMBRO	21
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22



1. APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o Caderno de Diretrizes para uma Educação Antirracista, trabalho fruto de diálogos com educadores que buscam nas suas práticas educativas implementar um trabalho contra o racismo, o preconceito e a discriminação da população negra.

Esse Caderno, além de apresentar um histórico dos caminhos percorridos pela Secretaria Municipal de Educação no fomento de políticas públicas antirracistas nas unidades escolares, apresenta as diretrizes pedagógicas, abordando conceitos e práticas importantes para a promoção de vivências éticas capazes de favorecer o respeito às diferenças. Neste sentido, cada unidade escolar deverá incluir em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) as ações específicas que forem definidas por sua comunidade escolar.

Considerando que todos os profissionais que atuam nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Macaé/RJ são educadores e educadoras, este documento não se limita às ações da sala de aula, se destina a todos os atores que compõem o universo escolar.

Desejamos que todos possam analisar e discutir esse documento, propondo, reavaliando e incorporando às práticas pedagógicas o grande sentido da Educação que é a construção de uma sociedade justa e solidária capaz de valorizar sua ancestralidade e as contribuições do Povo Negro para a Humanidade.

Bom Trabalho!

Leandra Lopes Vieira


Secretária Municipal de Educação



2. HISTÓRICO

Construir um Caderno de Diretrizes para uma Educação Antirracista é um grande desafio. Para a elaboração deste documento e orientação para as ações das unidades escolares, foram consideradas as seguintes normativas relacionadas à temática:

- [Lei Federal nº 10.639](#) de 09 de janeiro de 2003 e [Lei Federal nº 11.645](#) de 10 de março de 2008, que estabelecem a obrigatoriedade de inserção no currículo oficial das Redes de Ensino a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- [Decreto nº 4.886](#) de 20 de novembro de 2003 que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências;
- [Parecer CNE/CP nº 03](#) de 10 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- [Resolução CNE/CP nº 01](#) de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- [Parecer CNE/CEB nº 2](#) de 31 de janeiro de 2007, que orienta quanto à abrangência da aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no âmbito da Educação Infantil;
- Estatuto da Igualdade Racial, [Lei nº 12.288](#) de 20 de julho de 2010, que inaugura um cenário propício à discussão da educação para as relações étnico-raciais;
- [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica 2012](#);
- [Parecer CNE/CEB nº 14](#) de 11 de novembro de 2015, que estabelece Diretrizes Operacionais para a implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência de Lei no 11.645/2008;
- Estatuto Municipal de Promoção de Igualdade Racial instituído pela [Lei 4942/2022](#) da Prefeitura Municipal de Macaé.



Outros instrumentos podem e devem ser referência para as discussões que precisarão ser estabelecidas em cada unidade escolar da Rede Pública Municipal de Ensino de Macaé/RJ.

A elaboração desse Caderno, seja pelo momento que vem à lume, seja pelas reflexões que pretende oferecer, representa mais um passo no sentido de contribuir para que as escolas municipais sejam, cada vez mais, ambientes que estimulem o respeito e a diversidade étnica e racial.




3. OS DESAFIOS DA POLÍTICA ANTIRRACISTA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MACAÉ

O Programa de Cultura Afro-Brasileira e Indígena das escolas públicas municipais de Macaé/RJ iniciou suas atividades em 2003, com ações que tinham o objetivo de fomentar o debate e estabelecer os caminhos a serem percorridos pela educação macaense. Essencialmente essas ações tiveram por finalidade a implementação da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, alterada pela Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, em toda a educação básica, nas escolas públicas e privadas, em todo âmbito nacional. Essa lei é um marco, pois simboliza a inserção da história do povo negro na história brasileira, em especial a sua contribuição na formação do país, com suas lutas, personalidades, saberes, ancestralidades, valores, posturas e práticas. Essa lei foi posteriormente modificada pela Lei 11.645/2008, passando a incluir também a temática indígena.

As ações da SEMED envolveram:


- Cursos de Formação para professores onde puderam estabelecer discussões sobre a aplicação das Leis de âmbito federal;
- Curso de Pós-Graduação lato sensu em Ensino de História e Culturas da África e dos Afro-Brasileiros, em parceria com a Faculdade Miguel Ângelo da Silva Santos - FeMASS (2005 -2007);
- Festival Municipal de Dança Africana e Afro-brasileira de Macaé, que teve início em setembro de 2015, direcionado aos alunos da rede municipal de ensino, com o objetivo de incentivar a valorização histórica cultural da população brasileira (foi executado em diversas ocasiões);
- Fórum Permanente de Educação e Cultura para a Diversidade Étnico-racial de Macaé, com o objetivo de mobilizar a sociedade civil e as comunidades escolares para a implementação das leis federais;
- Materiais pedagógicos que foram disponibilizados para as escolas (Jogos Infantis e referências das culturas africanas);

- 
- Programações de projetos e atividades nas unidades escolares para referenciar o mês da “Consciência Negra”;
 - Festival de Dança Estudantil Indígena de Macaé, que iniciou em 2016 e teve algumas edições;
 - Convênio entre a Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF) para estudos afro-brasileiros junto aos estudantes graduandos e pós-graduandos do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Cidade Universitária;
 - I Simpósio de História e Cultura Afro-brasileiro (2022) destinado a diretores e profissionais da educação;
 - Projeto “Narrativas Negras” (2022);
 - Participações em diversos eventos promovidos pelo “Fórum de Igualdade Racial de Macaé” (Falas Negras; Disque-Racismo; Estatuto Municipal de Igualdade Racial; Conselho Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial COMPPIR/MACAÉ).

Entendendo a relação entre conhecimento, pertencimento, protagonismo étnico-racial e desenvolvimento do cotidiano escolar, surge em Macaé/RJ a necessidade de fomentar ações que promovam a interação de todas as culturas nos ambientes escolares, promovendo a expressão de toda a diversidade brasileira. Nasce assim o Núcleo de Estudos Étnico-Raciais (NEAFRO), que iniciou seus trabalhos anteriormente, mas foi instituído pela Portaria SEMED nº 019/2022, a partir da necessidade imperativa de ampliar as ações que promovam a Educação Antirracista, com vistas a contribuir para a elaboração de estratégias que consolidem o respeito à diversidade como prática cotidiana. Na portaria, está especificada a formação do NEAFRO:

Art. 4º - O Núcleo de Estudos Étnico-raciais será composto por:

- I. Um representante da Superintendência de Educação Integrada;
- II. Um representante da Superintendência de Educação Infantil;
- III. Um representante da Superintendência de Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
- IV. Um representante da Superintendência de Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio;
- V. Um representante da Superintendência de Educação Inclusiva e Social;
- VI. Um representante da Superintendência de Gestão Democrática;
- VII. Um representante da Superintendência Administrativa;
- VIII. Um representante da Secretaria de Políticas de promoção da Igualdade Racial;



IX. Um representante da Coordenação do Programa de Cultura Afro-brasileira e Indígena nas Escolas da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único: A Coordenação do NEAFRO será de responsabilidade do representante da Secretaria Municipal Adjunta de Educação Básica.


São muitas as limitações impostas para colocar em prática essas políticas, sejam elas pedagógicas, curriculares, institucionais ou mesmo políticas. Acreditamos que a Educação é um caminho para isso, já que os problemas sociais consequentemente se refletem neste campo:

Em uma sociedade com uma tipologia de relações raciais como o Brasil, que, desde o final do século XIX, reproduziu o discurso da democracia racial para invisibilização dos conflitos raciais, é necessário pensar a educação, desde a primeira infância, como um ato constante de transformação, forjando novos diálogos e desconstruindo a rigidez eurocêntrica do currículo, por meio da articulação didático-pedagógica entre o currículo e as experiências da vida cotidiana de grupos diversificados. Isso, levando em conta as vivências locais, comunitárias, repertórios culturais, relações com ancestralidade e seus corpos demarcados por desigualdades e violências (MARANHÃO, 2021, pp. 7-8).

Para tanto, não se trata de substituir um discurso eurocêntrico para um afrocentrado, mas essencialmente reconhecer que o racismo estrutural precisa ser enfrentado e, neste sentido, faz-se necessária a construção de um referencial metodológico que ampare as ações pedagógicas no caminho de uma educação libertadora, que supere os preconceitos presentes na sociedade atual. Mais do que testemunhar situações reais de racismo e preconceito, é necessário criar mecanismos efetivos para a desconstrução de práticas racistas.

Dessa forma, as ações não podem estar restritas às denúncias contra racismo. Ao contrário, precisam ir além das denúncias, criando um conjunto de medidas que promovam a valorização da diversidade étnico-racial e cultural pelos sistemas formais de ensino, pois a Educação é essencial no processo de formação da cidadania de um povo. A escola não pode realizar sozinha, mas sem ela, não haverá mudança significativa.

Existe um dever ético e político de trabalhar as relações étnico-raciais de forma permanente. As crianças brasileiras, sejam elas brancas, amarelas, indígenas, pardas ou pretas, precisam estar representadas em todas as instituições/grupos sociais. É um convite a participar de um movimento para desvelar práticas, convocando a todos para um compromisso com a equidade, a partir de uma educação antirracista. Para tanto, é fundamental que o estudo sobre a questão



racial não seja esporádico e feito de forma isolada. Quando se dedica tempo específico para tratar a questão ou direciona-se, apenas, um professor para trabalhar o tema, corre-se o risco de considerá-la uma questão exótica a ser estudada, sem relação com a realidade vivida. A questão racial pode ser um tema tratado em todas as propostas de trabalho da escola ao longo do ano letivo.

Ressaltamos que este documento não pretende prescrever os caminhos comuns para todas as unidades escolares, mas essencialmente apresentar um norte para que cada escola estabeleça suas ações.

Compreendemos a necessidade de uma construção coletiva, o rompimento de crenças e imaginários subjetivos, que envolverá diálogos, estudos e reflexões das comunidades educativas inseridas em cada unidade. As formas possíveis de potencializar as práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas perpassam necessariamente na obrigatoriedade de se conhecer a diversidade brasileira, valorizando todos os saberes.




4. TRABALHANDO CONCEITOS E MAPEANDO AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

O racismo é considerado tanto uma prática de preconceito quanto de discriminação, que são dois conceitos diferentes. Ambos se baseiam na ideia de que uma raça é superior a outras. Em nossa sociedade é a raça branca que se coloca superior às populações negras e indígenas. O termo preconceito se relaciona a um juízo baseado em ideias de um determinado grupo. A discriminação é o próprio ato de segregar, de desconsiderar, de excluir. O preconceito pode motivar a discriminação e tanto um quanto o outro podem se referir a classe, a gênero etc. *“O racismo é motivado exclusivamente pela raça”* (SÃO PAULO, 2022, p. 31).

Torna-se fundamental pesquisar e aprofundar os conceitos de raça, racismo, preconceito, discriminação, branqueamento e branquitude, entre outros, a fim de subsidiar as discussões que precisarão acontecer nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Macaé/RJ. Esses conceitos são essenciais para que os educadores se atualizem em relação às classificações raciais e possam elaborar atividades que deem subsídios aos estudantes para que constituam e reconheçam sua identidade racial, sem preconceito e sem discriminação, valorizando todos os aspectos da sua história individual. Esta também é uma forma de envolver a todos no debate, porque as pessoas só criam empatia com algum tema quando o conhecem com mais profundidade.

Outra ação importante a ser desenvolvida nas unidades escolares é o levantamento de dados da própria comunidade referentes à cor/raça, registrando e dando visibilidade aos mesmos no próprio espaço escolar. Esse movimento de diagnosticar a realidade cotidiana traz para o debate elementos muito importantes relacionados à instituição da qual fazemos parte.

Refletir sobre acesso à educação, permanência na escola, fluxo escolar, frequência, entre outros, são variáveis importantes que demonstram a situação de cada grupo estudado e permitem avaliar o quanto as desigualdades ainda estão potentes. Esse trabalho é uma excelente oportunidade de fazer reflexões e análises a partir de dados que fazem parte da realidade cotidiana e referem-se aos sujeitos que estão inseridos nela, possibilitando o mapeamento das questões étnico-raciais que envolvem a unidade escolar. A partir dos dados é possível traçar



ações que de fato terão resultados práticos, pois envolverão dados reais e permitirão a organização e o planejamento dessas ações.



5. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS


A história do Brasil é marcada por diversos acontecimentos que comprovam o quanto nosso país foi constituído e estruturado a partir do racismo. Conhecer e analisar os processos históricos e seus desdobramentos atuais são fundamentais para o entendimento deste campo: marcos e fatos históricos, movimentos sociais, paradigmas, processos históricos, manifestações culturais, bens materiais e imateriais, patrimônio, políticas de ações afirmativas, entre outros. Isto porque para se garantir equidade é preciso respeitar as individualidades e possibilitar os direitos de aprendizagens de todos os estudantes, independente da sua origem. A Educação que respeita e valoriza as diferenças, reconhecendo o modo de ser e de pensar de cada indivíduo é, de fato, inclusiva. É premissa da educação antirracista o direito à diferença:

Não concordar com a frase “somos todos iguais”, de um lado, contribui para a valorização da diversidade presente nos vários contextos educacionais e, de outro, rompe com o mito de que todas as pessoas gozam dos direitos da mesma forma. Convide os bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos (as) a perceberem suas diferenças, suas características peculiares e a potência que há no ato de ser múltiplo (SÃO PAULO, 2022, p. 46).

Dessa forma, cada nível/etapa de ensino precisará criar estratégias para o trabalho a ser desenvolvido levando em consideração, principalmente, a faixa etária dos estudantes. A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) também deverá ter um trabalho específico direcionado ao seu público-alvo.

5.1. Educação Infantil

Esta etapa da educação básica permite a inserção e interação das crianças com o mundo, presentes na socialização de forma ampla e formadora. Portanto, precisamos observar as desigualdades sociais e raciais existentes nas instituições, que ainda revelam que as trajetórias educacionais de crianças brancas e negras são diferentes, refletindo a partir da perspectiva histórica, sem desconsiderar a discriminação vivenciada cotidianamente por crianças negras e suas famílias.




A educação de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses comporta especificidades de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil que compõem a prática educativa nesse segmento e assim consideram a criança em sua integralidade, respeitando as relações, suas referências culturais, desejos, necessidades, queixas e singularidades. É preciso compreender que as dimensões do cuidar e educar revelam que na Educação Infantil existem relações entre as pessoas, materiais, espaços e tempos que, ao serem tratados de forma isolada e desiguais, comprometem a construção da identidade e história de uma criança.

Falar de educação antirracista na Educação Infantil é então acolher as crianças, respeitando suas culturas, corporeidade, estética e lugar no mundo, questionando assim as escolhas que ainda são feitas para enaltecer os padrões dominantes que ajudam a reforçar os preconceitos e estereótipos: *“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”* (ADICHIE, 2019, p.32).

As Diretrizes Curriculares para Educação Infantil nos apresentam dimensões para o acolhimento da criança e isso significa construir princípios para o cuidado, embasados em valores onde atitudes racistas e preconceituosas não podem ser admitidas. Diante disso, as práticas de educadores e agentes envolvidos nesta etapa da educação, precisam ser revistas e suas posturas readequadas para dimensões não racistas.

Compreendendo a Educação Infantil como processo, é preciso pensar como ponto de partida para uma Educação antirracista nos elementos culturais da infância, sendo estes, as histórias, músicas e brincadeiras. Desta forma, é possível pensar em vivências pedagógicas que reflitam sobre os povos africanos, a originalidade e a contribuição destes para ampliar repertório na escola.

A escolha da literatura precisa trazer outras culturas e personagens negros, para que as crianças possam dialogar com contos, lendas e recontos de histórias já conhecidas, porém sobre novos olhares e aproximadas da sua realidade.



Entre as músicas, é preciso refletir que as brincadeiras em roda partem de um princípio de conceito da "roda" para as civilizações antigas, e assim sendo para os grupos étnicos tinham caráter de organização, de festividade e celebração, assim como educação, visto que as histórias contadas através das gerações se davam em roda. Assim, as brincadeiras em roda tão valorizadas na educação infantil podem trazer estas referências em músicas que acompanham os ritmos marcados pelo corpo e as batidas dos tambores, ampliando o conhecimento cultural das crianças, que além de aprenderem sobre como ouvir um novo ritmo, reconhecem os movimentos do seu corpo, e conhecem uma linguagem diferente das rimas acostumadas nas escolas. Enriquecendo o vocabulário das crianças e apresentando uma África diferente da apresentada pelos veículos midiáticos.

Quando falamos em brincadeiras, também é preciso falar da escolha dos brinquedos, que precisam trazer representatividade às crianças negras, e oportunizar às não negras o contato e escolha de bonecos (as) que tragam a diversidade para que estas brincadeiras aconteçam. É preciso pensar que príncipes e princesas não existem apenas no mundo fictício da Disney. Estes foram e são reais, fizeram parte da história, e podem ser recontados a partir dos elementos naturais, tecidos coloridos para as túnicas, turbantes e kapulanas (saias africanas) e não apenas fantasias prontas que limitam e definem padrões.

Na educação antirracista a intenção é romper com padrões hegemônicos, e desta forma cabe ao professor, oferecer em seu planejamento experiências para pluralidade. É preciso repensar por exemplo a diversidade no material de colorir, as " cores de pele " precisam ser representativas e diversas, o " dia de beleza" é para todos os cabelos e suas texturas, e assim precisam oferecer recursos em cremes, escovas, tiaras etc., na " escuta" das crianças é urgente a sensibilidade para ouvir a realidade presente entre as crianças negras, que em sua grande maioria também sofrem pelas mazelas da desigualdade social.

A gestão escolar precisa se fazer presente, a partir de projetos institucionais que atendam as necessidades de sua comunidade, para que a formação de uma educação antirracista também implique em uma participação das famílias de sua comunidade escolar.



5.2. Ensino Fundamental

Observar os estudantes na sua complexidade humana é olhar para eles como seres que pensam, criam, produzem, amam, odeiam, têm sonhos, têm aparência e pertencimento étnico-racial, com histórias, memórias e conflitos relacionados a saberes do seu corpo e da sua personalidade (MEC,2006). Essas observações são fundamentais para ver as crianças e adolescentes como sujeitos singulares e complexos.

É preciso ressignificar quem são os nossos estudantes, levando em consideração as diferenças regionais e a diversidade cultural do nosso país; dar atenção ao lado afetivo do conhecimento dos jovens negros e negras; dar espaço para a construção da identidade social para que os mesmos se sintam pertencentes ao espaço escolar; respeitar as emoções e criar espaços para reflexão sobre os contextos sociais; respeitar as tradições culturais; e por último, movimentar a escola em relação as falas populares racistas que ainda são características de muitos estudantes e de educadores.

Sabemos que para combater visões preconceituosas e fazer da escola um espaço democrático e equitativo é fundamental que as propostas pedagógicas educativas representem as parcelas da sociedade que geralmente são excluídas e discriminadas. Os educadores devem incluir nos planejamentos, atividades que contemplem a diversidade e a inclusão para que os estudantes possam construir sua relação consigo e com o outro valorizando, tanto as diferenças, quanto o que há de comum entre eles.

O fundamental é que os educadores, juntamente com os estudantes, possam construir caminhos, seja por projetos mais amplos ou atividades mais específicas, com alternativas pedagógicas e recursos didáticos adequados para fomentar práticas antirracistas.

5.3. Ensino Médio

O que as escolas de Ensino Médio têm feito para que os jovens consigam derrubar as barreiras da discriminação e do preconceito e se estabelecerem no mercado de trabalho e nos espaços que tenham desejo?



Segundo Melchionna (2012):

O Brasil é país mais negro fora do continente africano, com mais de 56% da população autodeclarada, e onde estão os negros nos espaços de poder como protagonistas? A estrutura racista faz com que os tataranetos dos senhores escravagistas se perpetuem no poder valendo-se da velha máxima da meritocracia. Precisamos construir uma nova perspectiva para que os negros e negras tenham oportunidades de se desenvolverem para ocupar seus devidos espaços na sociedade e atingirmos a tão sonhada equidade.

Dominar o uso das linguagens é um caminho poderoso para problematizar e entender as possibilidades que envolvem esses sujeitos em suas trajetórias de vida. O domínio da linguagem torna as relações mais igualitárias e democráticas, tanto do ponto de vista social, como também político, econômico e cultural. Permitir que os estudantes tenham acesso a diversos tipos de textos e que aprendam a relacioná-los entre eles e com sua realidade, auxilia na identificação com o espaço que estão inseridos e com as transformações necessárias e consequentemente com a formação de sua própria identidade.

Conhecer as novas tecnologias, a Matemática, a Física, a Biologia e a Química ajudam os estudantes a entenderem seus corpos e desconstruírem conceitos pré-estabelecidos (diferenças que são vistas como inferioridade, por exemplo), bem como possibilitam aprender a respeitar a si mesmo e ao outro com base histórica: como viviam, comiam, vestiam, rezavam e resolviam questões do cotidiano.

As ciências humanas como a História e a Geografia colaboram para a promoção do conhecimento histórico fora do etnocentrismo europeu, possibilitando que os estudantes tenham acesso a outros pontos de vistas da história, especialmente o africano e o indígena.

Os Itinerários são oportunidade de se organizar projetos para trabalhar a identidade, cultura e formação dos estudantes para que se sintam preparados para a vida e para as carreiras que escolherem. Enfim, no Ensino Médio devem ser incluídas atividades pedagógicas que privilegiem práticas antirracistas no espaço escolar para que os estudantes possam se sentir preparados e pertencentes à sociedade que vivem.



5.4. Educação de Jovens e Adultos

Quando se fala que o racismo é estrutural no Brasil queremos dizer que ele não se restringe a uma relação entre indivíduos apenas, mas que todas as estruturas econômicas, sociais e institucionais são permeadas pela prática da discriminação racial.

Pensar a Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva antirracista requer implementar ações e projetos para esse público, possibilitando uma discussão sobre a questão racial não apenas como tema transversal, mas como espaço para discussão, problematização e vivências de grupo.

É primordial a articulação de diversas práticas sociais por meio da oralidade, leitura, além do desvendar do funcionamento da escrita, a alfabetização, possibilitando ao jovem ou adulto a imersão no mundo letrado. É necessário que os educadores desenvolvam atividades para que eles se sintam sujeitos no processo educativo.

Vários são os vieses para criar situações cotidianas que propiciem a reflexão desses jovens e adultos: conscientizar sobre sua escolha ao retornar para escola; ter conversas individuais ou coletivas na chegada à escola; fazer entrevistas e avaliações diagnósticas, incluindo itens como vida pessoal e familiar, escolaridade e profissão; realizar rodas de conversas para os mesmos possam contar sua própria história; entre outros. Todas elas são exemplos de ações que pressupõe uma educação antirracista, uma vez que a fala e a história dos sujeitos recebem um tratamento de destaque.

Outra questão importante é sensibilizar o jovem e o adulto que a nossa língua não é apenas um simples código linguístico, mas um poderoso instrumento de persuasão, interação e comunicação. Utilizar-se de debates, rodas de conversas, produção de biografias e agregá-los a preservação das tradições e mitos de matriz africana e/ou indígena, traz o pertencimento étnico e uma eficaz estratégia de leitura de mundo para esse estudante. Isso favorecerá o diálogo e a convivência entre os estudantes e os educadores.



6. TODOS NA ESCOLA SOMOS RESPONSÁVEIS: O CLIMA ESCOLAR

É fundamental a compreensão que todas as pessoas envolvidas no processo educativo são responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução de atividades que contribuirão para práticas antirracistas. Não somos iguais e isto torna o cotidiano escolar rico na diversidade, interferindo diretamente no clima escolar.

O primeiro questionamento a ser feito pelos atores escolares é: será que a escola onde trabalhamos está de fato aberta à diversidade? Problematizar esta temática é fundamental para compreender como está a instituição em relação às questões étnico-raciais e todas as outras que envolvem a temática da diversidade. A partir daí é necessário arregaçar as mangas para acompanhar o que será estabelecido de trabalho para aquela comunidade escolar. E não se trata apenas de envolver educadores negros e indígenas. É necessário envolver a todos.

Manter os princípios de uma educação antirracista também nos leva a pensar as maneiras para avaliar todo o processo educativo. A avaliação deve ser entendida como processo, não para medir e classificar de uma maneira excludente, mas para conhecer, dar suporte e acompanhar os percursos individuais dos estudantes, assim como o modo de aprender e de usar esse conhecimento adquirido de acordo com as necessidades da sua formação.



7. ESTADO LAICO E RACISMO RELIGIOSO

É comum nos depararmos com símbolos religiosos em prédios públicos. No entanto, é importante salientar que as instituições públicas não devem professar os valores de qualquer religião, já que a laicidade é uma premissa do Estado brasileiro:

A separação entre Estado e Igreja veio com a promulgação da República no Brasil, no fim do século XIX, Constituição imperial de 1824 estabelecia o catolicismo como religião oficial. Essa divisão permaneceu em todas as constituições que vigoraram posteriormente, incluindo a atual. Tal segmentação impede que qualquer relação de dependência ou aliança se estabeleça entre o poder público e qualquer religião, para que a pluralidade religiosa, inerente à formação social brasileira, manifeste-se de forma livre (SÃO PAULO, 2022, p, 71).

O dever da escola pública é acolher e respeitar a todos, independente da religião de cada um. É preciso defender os princípios de respeito e valores dos contextos religiosos de todos os estudantes e, conseqüentemente de suas famílias. Não cabe à escola organizar seu currículo a partir de um calendário pautado em festividades de origens religiosas e eurocentradas. Ao contrário, é preciso apresentar toda a diversidade existente e discutir todas as tradições e elementos das culturas dos diferentes povos, ampliando o conhecimento de todos. Assim, as questões serão tratadas e discutidas numa perspectiva histórica e reflexiva.

É preciso também garantir que todos, educadores e estudantes, tenham um espaço seguro, seja qual for sua crença religiosa, para manifestar suas ideias. Assim, todos têm o direito de utilizar qualquer “adereço” de uso pessoal que simbolize sua fé, de acordo com sua religião, e transitar em todos os espaços públicos, sem nenhum tipo de segregação.

8. PARA ALÉM DOS MESES DE MAIO E NOVEMBRO

Comumente, são nos meses de maio e novembro que as escolas escolhem para desenvolver projetos e atividades relacionados as datas de 13 de maio e 20 de novembro.

O dia 13 de maio é conhecido por ter sido o dia em que a escravatura foi abolida oficialmente no Brasil, em 1888, por meio da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. A abolição do trabalho escravo foi resultado da mobilização realizada pelo movimento abolicionista e pela resistência dos escravizados.

O dia 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra e já foi incorporado ao calendário como data a ser lembrada. Essa data foi escolhida em virtude da morte de Zumbi, grande liderança negra do Quilombo dos Palmares, morto em 20 de novembro de 1695.

No entanto, a proposta atual é que podem e devem ser organizadas mostras de trabalho durante todo o ano envolvendo a temática e não apenas nessas datas. A educação das relações étnico-raciais se constrói no dia a dia, todos os dias.

O espaço escolar precisa ser reconhecido como um lugar de movimento, de aprendizagem significativa, de trocas de experiências e diálogos, de respeito mútuo, de reconhecimento e valorização das diferenças, de garantia de direitos. Quanto mais se cria espaço para o debate, para a expressão das manifestações individuais, mais se consegue falar sem medo de julgamentos, mais se pode perceber os efeitos do racismo no ambiente escolar, mais se pode criar espaços seguros para desconstrução de práticas racistas.

E por fim, surge a questão essencial a ser levada para cada unidade escolar para nortear o trabalho que precisa ser desenvolvido no chão da escola: como a escola pode selecionar, estruturar, organizar, fomentar, planejar e executar estratégias educativas que pautem as questões antirracistas e sensibilizem todos os envolvidos na comunidade escolar? O desafio está posto.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20

[DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias). Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> . Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana**.

Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARANHÃO. **Trilhos da alfabetização: por uma educação antirracista**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria da Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade-educação antirracista: orientações pedagógicas: povos afro-brasileiros**. São Paulo: SME / COPED, 2022.

MARFAN, Marilda Almeida (org.). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação - Formação de professores: educação indígena**. Brasília: MEC, SEF, 2002.

MELCHIONNA, Fernanda. **Caderno de Educação Política Antirracista**, Rio Grande do Sul, 2021.



NOVA ESCOLA. **Como construir uma escola antirracista.** Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/2NTUZEK7W3GGQM5vRqGaf7smPNvYj7BkGRV5YJUDS8NMdqyYAAAgamA7WVDA/e-book-educacao-antirracista-nova-escola.pdf> Acesso em: 03 fev. 2023.

